

Argo VI Transmissão de Energia S.A.

**Informações financeiras intermediárias referentes
ao trimestre findo em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias	3
Balanco patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Argo VI Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6.

Daniél Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.529	3.770	Fornecedores	11	1.090	1.144
Títulos e valores mobiliários	5.1	25.804	21.009	Encargos sociais e trabalhistas	12	174	185
Contas a receber de clientes	6	11.935	11.696	Imposto de renda e contribuição social		-	129
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.979	1.989	Obrigações tributárias	13	2.030	2.114
Outros tributos a compensar	8	818	806	Obrigações regulatórias	14	1.156	1.147
Despesas pagas antecipadamente	10	63	98	Dividendos a pagar		20.355	20.817
Ativo da concessão	9	105.286	103.672	Contas a pagar - partes relacionadas	19	315	360
Outros Ativos		6.172	5.570	Empréstimos e Financiamentos	15	22.058	21.636
Total do ativo circulante		155.586	148.610	Debêntures	16	13.786	14.130
				PIS e Cofins diferidos	17	9.739	9.590
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		6.210	4.597
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	21.603	25.691	Total do passivo circulante		76.913	75.849
Ativo da concessão	9	853.278	844.680				
Outros ativos		2.789	2.485	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado		11	12	Empréstimos e Financiamentos	15	214.707	219.908
Total do ativo não circulante		877.681	872.868	Debêntures	16	69.526	75.509
				Contingências Passivas	18	389	957
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	134.012	128.746
				PIS e COFINS diferidos	17	78.928	78.133
				Total do passivo não circulante		497.562	503.253
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	23	215.600	215.600
				Reserva de lucros		215.698	215.698
				Dividendos adicionais propostos		11.078	11.078
				Lucros acumulados		16.416	-
				Total do patrimônio líquido		458.792	442.376
TOTAL DO ATIVO		1.033.267	1.021.478	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.033.267	1.021.478

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/03/2024	31/03/2023
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas		2.627	2.286
Remuneração financeiro do ativo de concessão		33.552	39.702
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(4.229)	(3.923)
RECEITA LÍQUIDA	21	<u>31.950</u>	<u>38.065</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	(2.596)	(2.548)
LUCRO BRUTO		<u>29.354</u>	<u>35.517</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	22	(431)	(667)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>28.923</u>	<u>34.850</u>
Receitas financeiras		1.212	1.126
Despesas financeiras	23	(7.960)	(9.596)
RESULTADO FINANCEIRO	23	<u>(6.748)</u>	<u>(8.470)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.175</u>	<u>26.380</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	24	(493)	(212)
Diferido	24	(5.266)	(7.918)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>16.416</u>	<u>18.250</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	25	0,07614	0,08465

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.416	18.250
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>16.416</u>	<u>18.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		215.600	10.748	190.136	11.695	-	-	428.179
Lucro líquido do período	25	-	-	-	-	-	18.250	18.250
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023		215.600	10.748	190.136	11.695	-	18.250	446.429
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		215.600	13.499	184.402	17.797	-	11.078	442.376
Lucro líquido do período	25	-	-	-	-	-	16.416	16.416
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		215.600	13.499	184.402	17.797	-	11.078	458.792

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		16.416	18.250
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	5.266	7.918
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	493	212
Provisão para PIS e Cofins diferidos	17	944	1.595
Remuneração do ativo de concessão	21	(33.554)	(39.702)
Receita de operação e manutenção	21	(2.376)	(2.286)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	23	(1.265)	(1.181)
Provisões para contingências passivas	18	(568)	-
Depreciação e amortização	22	1	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	23	4.966	5.823
Juros e variação monetária sobre debêntures	23	2.929	3.663
Caixa aplicado nas operações		(6.748)	(5.708)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(239)	1.811
Ativo da concessão	9	25.718	24.742
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	(218)	-
Tributos a compensar	8	(12)	(147)
Despesas pagas antecipadamente	10	35	140
Outros Ativos		(906)	(254)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	(54)	214
Imposto de renda e contribuição social	24	-	(2)
Encargos sociais e trabalhistas	12	(11)	-
Obrigações tributárias	13	(84)	700
Obrigações regulatórias	14	9	87
Contas a pagar - partes relacionadas	19	(45)	218
Outros passivos		1.613	(1.238)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(394)	(311)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		18.664	20.252
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5	(23.536)	(46.228)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5	19.342	36.709
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.194)	(9.519)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos	15	(5.065)	(4.643)
Pagamento de principal de debêntures	16	(4.524)	(3.741)
Pagamento de juros de empréstimos	15	(4.680)	(5.015)
Pagamento de juros de debêntures	16	(4.732)	(4.420)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(4.555)	(8.685)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito		9.307	8.928
Dividendos pagos		(462)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.711)	(17.576)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(241)	(6.843)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	3.529	3.865
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3.770	10.708
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(241)	(6.843)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	2.376	2.286
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	33.554	39.702
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(189)	333
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(1.931)	(2.293)
Custo de Operação e manutenção	(118)	(202)
Outros	397	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>34.089</u>	<u>39.826</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>34.088</u>	<u>39.826</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.271	1.181
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>35.359</u>	<u>41.007</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>35.359</u>	<u>41.007</u>
Pessoal	<u>1.417</u>	<u>711</u>
Remuneração direta	1.074	585
Benefícios	122	84
Encargos sociais	221	42
Impostos, taxas e contribuições	<u>9.631</u>	<u>12.560</u>
Tributos federais	9.631	12.560
Remuneração de capitais de terceiros	<u>7.895</u>	<u>9.486</u>
Juros	7.895	9.486
Remuneração de capitais próprios	<u>16.416</u>	<u>18.250</u>
Lucro líquido do período	16.416	18.250

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Esperanza Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo VI

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da referida empresa, alterando sua razão social de Esperanza Transmissora de Energia S.A. para Argo VI Transmissão de Energia S.A., e alterando também, sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III - Ceará Mirim II, 61,45 km; e
- LT 230 kV João Câmara II - Ceará Mirim, 65 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km.

Em 14 de março de 2018, conforme Carta ONS - 0238 - DTA - 2018 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Argo VI.

A Argo VI tem um investimento total previsto de aproximadamente R\$ 545.960. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 48.835 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 94.748 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Em maio de 2023, a subestação Jandaíra iniciou sua operação comercial, a Companhia recebeu a subestação com seus ativos como doação da ALUPAR, e recebe uma RAP de O&M por ser responsável pela operação e manutenção dos ativos recebidos.

2 Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 13 de maio de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.

- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 24).

2.5 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 31 de janeiro de 2024, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência em 01 de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1);
- Passivo de locação em uma operação de *Sale and Leaseback* (alterações ao CPC 6 / IFRS 6);
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao CPC 3 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários	3.529	3.770
Total	<u>3.529</u>	<u>3.770</u>

(*) Referem-se as aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDB que possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e valores mobiliários	25.804	21.009
Total	<u>25.804</u>	<u>21.009</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 101,14% do CDI em 31 de março de 2024 (107,05% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Reserva	21.603	25.691
Total	<u>21.603</u>	<u>25.691</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de março de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 98,45% do CDI (99,74% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	11.935	11.696
Total	<u>11.935</u>	<u>11.696</u>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
-------------------	-------------------

Títulos a vencer	9.548	9.441
Títulos vencidos em até 30 dias	74	56
Títulos vencidos em até 90 dias	125	1.456
Títulos vencidos há mais de 90 dias	<u>2.188</u>	<u>743</u>
	<u>11.935</u>	<u>11.696</u>

7 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.979	1.989
Total	<u>1.979</u>	<u>1.989</u>

8 Tributos a compensar

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a compensar	8	6
COFINS a compensar	48	38
Outros impostos	<u>762</u>	<u>762</u>
Total	<u>818</u>	<u>806</u>

9 Ativo da Concessão

9.1 Composição do Ativo da Concessão

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção	699.143	699.143
Receita de operação e manutenção	51.050	48.674
Receita de remuneração do ativo de concessão/ Variação Monetária	659.188	625.634
Recebimentos	<u>(450.817)</u>	<u>(425.099)</u>
Total	<u>958.564</u>	<u>948.352</u>
Circulante	105.286	103.672
Não circulante	853.278	844.680

9.2 Margens de obrigações e performance

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Margem de O&M		
Receita	2.376	2.286
Custos	<u>(2.596)</u>	<u>(2.548)</u>
Margem (R\$)	<u>(220)</u>	<u>(262)</u>
Margem Percebida (%)	-9%	-11%

9.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	921.579
Remuneração do ativo de concessão	39.702
Receita de operação e manutenção	2.286
Recebimentos	(24.744)
Saldo em 31 de março de 2023	938.823
Saldo em 31 de dezembro de 2023	948.352
Remuneração do ativo de concessão	33.554
Receita de operação e manutenção	2.376
Recebimentos	(25.718)
Saldo em 31 de março de 2024	958.564

10 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros a apropriar	63	98
Total	63	98

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

11 Fornecedores

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais	1.090	1.144
Total	1.090	1.144

12 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	12	12
Provisão de bônus	29	63
Décimo Terceiro Salário	11	-
Provisão de férias	68	56
Encargos trabalhistas	54	54
Total	174	185

13 Obrigações tributárias

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	1.784	1.764
ICMS	6	6
ISS de terceiros	41	43
Outros tributos	199	301
Total	<u>2.030</u>	<u>2.114</u>

14 Obrigações regulatórias

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para P&D	1.050	996
Encargos regulatórios a recolher (*)	106	151
Total	<u>1.156</u>	<u>1.147</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

<u>Instituição financeira</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	258.309	258.309
Juros e variação monetária	5.823	5.823
Pagamentos Principal	(4.643)	(4.643)
Pagamentos Juros	(5.015)	(5.015)
Saldo em 31 de março de 2023	254.474	254.474
Saldo em 31 de dezembro de 2023	241.544	241.544
Juros e variação monetária	4.966	4.966
Pagamentos Principal	(5.065)	(5.065)
Pagamentos Juros	(4.680)	(4.680)
Saldo em 31 de março de 2024	236.765	236.765
Classificados como:	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	22.058	21.636
Não Circulante	214.707	219.908

- (a) Em 20 de abril de 2017, a Argo VI firmou um contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 297.982, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,12% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos A, B, C, D, E são pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2018, e sua liquidação está prevista para 15 de agosto de 2032. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2024</u>
2025	22.705
2026	24.547
2027	26.538
2028 em diante	<u>140.917</u>
Total	<u>214.707</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VI;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento dessas cláusulas restritivas.

16 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95.714	95.714
Juros e variação monetária	3.663	3.663
Pagamentos Principal	(3.741)	(3.741)
Pagamentos Juros	(4.420)	(4.420)
Saldo em 31 de março de 2023	91.216	91.216
Saldo em 31 de dezembro de 2023	89.639	89.639
Juros e variação monetária	2.929	2.929
Pagamentos Principal	(4.524)	(4.524)
Pagamentos Juros	(4.732)	(4.732)
Saldo em 31 de março de 2024	83.312	83.312
Classificado como:	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	13.786	14.130
Não Circulante	69.526	75.509

- (a) Em 09 de novembro de 2017, a Argo VI realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 87.000, com vencimento em setembro de 2030 e taxa de remuneração de IPCA + 6,7968% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 18/2014-ANEEL. A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2024
2025	10.701
2026	11.310
2027	9.048
2028 em diante	38.467
Total	69.526

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

17 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	85.246
Constituição	3.908
Amortização	(2.313)
Saldos em 31 de março de 2023	86.841
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.723
Constituição	3.323
Amortização	(2.379)
Saldos em 31 de março de 2024	88.667
Circulante	9.739
Não circulante	78.928

18 Provisões para riscos

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de março de 2024, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 389 (R\$ 957 em 31 de dezembro de 2023).

	<u>31/12/2023</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/03/2024</u>
Contingência trabalhista	13	(13)	-
Contingência fiscal	389	-	389
Contingência cível	555	(555)	-
Total	957	(568)	389
<hr/>			
Não circulante	957		389

Em 31 de março de 2024, a Companhia é parte, ainda, em processos judiciais e administrativos cujo prognóstico de perda é provável no montante de R\$ 21.993, tal montante já foi pago pela outra parte responsável do processo (CYMI Construções e Participações S.A.).

Em 31 de março de 2024, mesmo com o recolhimento em juízo da parte responsável “CYMI”, esse processo ainda transita em julgado e o histórico está destacado conforme descrito abaixo:

Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho ANEEL nº 404, de 14 de fevereiro de 2023, referente à decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL em face ao Recurso Administrativo apresentado pela concessionária Argo VI, atual denominação da Esperanza Transmissora de Energia S.A., no âmbito do Processo nº 48500.006280/2018-92, que decidiu por (i) não reconhecer a excludente de responsabilidade em vista do atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão 500 kV Quixadá - Açú III referente ao Contrato de Concessão nº 018/2014-ANEEL; (ii) aplicar a penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 013/2013-ANEEL, no valor atualizado, até outubro de 2022, de R\$ 21.993; (iii) em caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para quitação da referida multa e; (iv) confirmado o devido pagamento total da multa, caso não existam eventuais débitos perante a ANEEL, liberar a garantia de fiel cumprimento aportada.

Em face da referida decisão, em 06 de março de 2023, foi apresentado tempestivamente o pedido de reconsideração junto à ANEEL, o qual se encontra pendente de julgamento pelo colegiado do referido órgão. Adicionalmente, houve a propositura de medida judicial (Mandado de Segurança), com caráter liminar, visando à suspensão da exigibilidade da multa cobrada pela ANEEL, enquanto a discussão é tratada administrativamente. Registre-se que o pleito liminar foi negado em primeira instância, não tendo a Argo VI obtido sucesso na suspensão da exigibilidade da multa até a data limite para o pagamento, em 20 de março de 2023.

Dessa forma, no próprio dia 20 de março de 2023, a Argo VI procedeu à retirada da Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento da referida multa, que foi tempestivamente adimplida, porém sem o efetivo desembolso do montante pela Companhia. A guia com o valor integral da multa de R\$ 21.993 foi quitada diretamente pela CYMI Construções e Participações S.A. (“CYMI”), em cumprimento às obrigações e responsabilidades pactuadas no âmbito de instrumentos contratuais vigentes entre a Companhia e as empresas do grupo CYMI.

18.1 Contingências passivas com avaliação de risco possível

Ainda, a Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 38.019 (R\$ 52.280 em 31 de dezembro de 2023). Do saldo apresentado, a causa substancial é R\$ 33.999 (89,42%) referente ao processo judicial iniciado em 2017 pela empresa SG Engenharia e Construção LTDA e, relacionado a ação rescisória envolvendo contrato de execução da obra, conjugada com a petição com pedido de cobrança para pagamento de dívida trabalhista.

19 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 315 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos

	Vigência	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2024	315	360	(1.208)	(1.202)
		315	360	(1.208)	(1.202)

19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de março de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 5.205 (R\$ 3.918 em 31 de março de 2023), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	1.222	902
Encargos sociais	513	457
Bônus	3.470	2.559
Total	5.205	3.918

O montante total da remuneração pago pela Argo Transmissão de Energia. S.A. é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no período findo em 31 de março de 2024 é de R\$ 293 (R\$ 220 em 31 de março de 2023).

20 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 30 de novembro de 2022, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia.

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 215.600 (duzentos e quinze milhões, seiscentos mil) dividido em 215.600.280 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas				
Argeb Empreendimentos e Participações S.A.	215.600.280	100	215.600.280	100

20.1 Reservas de lucros

20.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 2.751 para constituição da reserva legal.

20.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0226/2023, em substituição ao laudo de nº 0130/2018, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 01 de novembro de 2023 foi garantido à Argo VI Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

20.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu R\$ 462 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 11.078 a título de dividendos adicionais propostos.

21 Receita líquida

	31/03/2024	31/03/2023
Receita de remuneração do ativo de contrato	33.554	39.702
Receita de operação e manutenção	2.376	2.286
Parcela Variável e outras deduções	(439)	-
Outras receitas	250	333
Receita bruta	35.741	42.321
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(945)	(1.595)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(2.526)	(2.320)
(-) Encargos regulatórios	(320)	(341)
Receita líquida	31.950	38.065

22 Custos e despesas por natureza

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Serviços de terceiros	(1.931)	(2.293)
Pessoal	(1.417)	(711)
Arrendamentos e aluguéis	(36)	(24)
Depreciação e Amortização	(1)	-
Seguros	(36)	(140)
Tributos	(17)	(9)
Materiais	(46)	(16)
Provisão para Contingência	568	-
Outros	(111)	(22)
Total	<u>(3.027)</u>	<u>(3.215)</u>
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(2.596)	(2.548)
Despesas gerais e administrativas	(431)	(667)

23 Resultado financeiro

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	1.265	1.181
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(59)	(55)
Outras receitas financeiras	6	-
Total	<u>1.212</u>	<u>1.126</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(5)	(15)
Juros e variação monetária	(7.895)	(9.486)
Outras despesas financeiras	(60)	(95)
Total	<u>(7.960)</u>	<u>(9.596)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.748)</u>	<u>(8.470)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	22.175	26.380
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(7.540)	(8.969)
Incentivos Fiscais	1.526	839
Adições e Exclusões Permanentes	(2)	-
(+) Outros	257	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(5.266)	(7.918)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	<u>(493)</u>	<u>(212)</u>
Alíquota efetiva	26%	31%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

24.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Valor Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.620	(115.822)	(111.202)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(1.366)	-	(1.366)
Contratos de concessão (b)	-	(6.552)	(6.552)
Saldos em 31 de março de 2023	3.254	(122.374)	(119.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.965	(132.711)	(128.746)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(44)	-	(44)
Contratos de concessão (b)	1.037	(6.259)	(5.222)
Saldos em 31 de março de 2024	4.958	(138.970)	(134.012)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

25 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	16.416	18.250
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	215.600.280	215.600.280
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,0761</u>	<u>0,0846</u>

26 Instrumentos financeiros

26.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	25.804	21.009	25.804	21.009
Total			25.804	21.009	25.804	21.009
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	3.529	3.770	3.529	3.770
Contas a receber de clientes	6	2	11.935	11.696	11.935	11.696
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	21.603	25.691	21.603	25.691
Total Ativo			37.067	41.157	37.067	41.157
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	11	2	1.090	1.144	1.090	1.144
Empréstimos e Financiamentos	15	2	236.765	241.544	236.765	241.544
Debêntures	16	2	83.101	87.572	83.312	89.639
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	6	-	6	-
Outros passivos		2	6.210	4.597	6.210	4.597
Total Passivo			327.172	334.857	327.383	336.924

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de março de 2024.

26.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

26.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 11.935 (R\$ 11.696 em 31 de dezembro de 2023).

26.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

26.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.090	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	22.058	22.705	24.547	167.455
Debêntures	13.786	10.701	11.310	47.515
Total	37.249	33.406	35.857	214.970

26.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 10,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,69% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de março 2024 é de 6,53% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	3.529	376	282	188
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	25.804	2.748	2.061	1.374
Fundos restritos	Redução do CDI	21.603	2.301	1.726	1.151
Total		50.936	5.425	4.069	2.713
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	236.765	15.461	11.596	7.731
Debêntures	Aumento do IPCA	83.101	3.066	2.300	1.533
Total		319.866	18.527	13.896	9.264

27 Seguros

Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

28 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/03/2024	31/03/2023
Compensação de IRPJ	1.526	839

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O